RELATÓRIO DE REUNIÃO COM O EXECUTIVO. No dia 04 de março de 2021 os Conselhos Fiscais representados pela Sra. Rosemeire Archangelo e Debora Helen Ferri Fais Fiocco; o Conselho Deliberativo com a presença do Presidente Gesner Lino de Oliveira, Secretaria Luciana de Lourdes dos Santos e os conselheiros Diego Reis, Sandra Helena Tinos, Jader Cervezan, Daniel Carlos Carrilo, Neide Heloisa Outeiro Pinto; o Superintendente, Senhor Lineu Vianna de Oliveira e da parte da Gestão, Prefeito Gustavo Perissinotto, o advogado Cesar Pedro, o Procurador Jurídico José Renato e o Secretário de Finanças Carlos Gilberto Dias Fernandes. A reunião ocorreu às 14hs no Gabinete do Prefeito. Para a reunião construímos uma pauta a qual não poderíamos deixar de conversar: regularização do pagamento mensal para que a dívida para de crescer, dar ciência dos 12º milhões executados e que foram para precatórios, ficando em aberto para negociar aproximadamente 150 milhões, explicar todo o diálogo e possibilidade legal em relação aos terrenos, se os mesmos já pensaram em um plano para a negociação da dívida e dos nossos limites legais, a necessidade da troca da Sede do IPRC e a urgência da aprovação na reformulação da Lei 023, conforme Emenda Constitucional nº 103/2019. A reunião foi toda conduzida pelo prefeito que quis expor seus pensamentos e ações antes de nos permitir um contraponto. Ele iniciou a fala dizendo estar ciente da dívida, que não estava ali na condição de prefeito de forma obrigatória, mas que nós já soubéssemos que para resolver o problema da dívida, tanto os servidores quanto os munícipes seriam de certa forma atingidos. Disse querer manter o pagamento mensal em dia, mas diante de problemas financeiros pode num mês ou outro atrasar mas dentro do mês, pois sempre estará priorizando as necessidades imediatas. Que em relação a dívida executada e que já foi para o precatório, procurará a justiça para negociar e as demais vai precisar negociar a longo prazo. Nos colocou que o orçamento da prefeitura não se enquadra a sua situação atual. Quer urgentemente aprovar a lei dos 14% para o servidor, conforme determina a Emenda Constitucional nº 103/2019, atualizar os bens e terrenos da prefeitura para utilizá-los no que for possível, inclusive já nos pedindo para indicar os terrenos que nos interessa dentro da questão legal e que não descarta a possibilidade de uma mini-reforma previdenciária para Rio Claro. Depois de seu discurso o Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal se apresentaram e a Rose do Fiscal fez vários apontamentos legais em relação a fala dele e nossa grande preocupação em mini-reforma na nossa previdência, que foi enfatizado por outros conselheiros, inclusive pedindo a ele que antes verifique com as mudanças propostas pela EC 103 e que não foram realizadas pela antiga gestão, mais as questões dos terrenos a possibilidade de tudo isso já ajudar num plano de quitação da dívida, pois proposta de mini-reforma, causará muitos problemas entre ele e nós servidores, que já estamos sendo penalizados de várias formas em relação a tudo que vem ocorrendo. Deixamos bem claro o que a nossa intenção é ajudar, mais existem limites que lei nos estabelece. A Conselheira Luciana, pediu para que os novos secretários se apresentassem, pois estávamos todos ali e sem saber quem era quem entre eles, com exceção do já conhecido Dr. Cesar Pedro. Os mesmos se apresentaram e bem diferente da postura do prefeito, foram bem discretos, cautelosos e sinceros expondo que ainda estão num momento de diálogo e verificação da situação legal e financeira de Rio Claro. E se colocaram à disposição de diálogo e já pediram para que urgentemente verificássemos a questão dos terrenos para que prazos não se percam e as alterações necessárias na Lei 023. O prefeito Gustavo se retirou, mas ainda ficamos um tempo conversando, se conhecendo e pontuando os problemas do IPRC com os novos Secretários, que receberam nossas falas e proposições de forma muito positiva, educada e compreensiva, foi perceptível nesse primeiro contato muito profissionalismo e ciência da situação e até mesmo maior facilidade de diálogo. Finalizando a reunião, pedimos para o Superintendente agilizar tudo o que for do alcance dele em relação a Lei 023, os estudos de impactos na mudança da alíquota para 14% e regatasse com urgência a documentação dos

terrenos que já havíamos apontados na gestão anterior com o interessante para abater no atuarial a vencer conforme permite a lei. Mais uma vez pontuamos nossas dificuldades, a forma como a dívida cresceu, a importância de manter os vencimentos em dia e dialogar na tentativa de resolver a dívida existente. Lineu, deixou bem claro, que com todos os problemas, o IPRC é um excelente negócio para a aposentadoria do servidor e que ainda há uma boa reserva de investimentos para manter o instituo por vários anos. Assim, eu, Luciana de Lourdes dos Santos, registro esta reunião dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Superintendente Lineu com o executivo e os secretários de finanças, negócio jurídico e Dr. Cezar Pedro.

Rio Claro, 04 de março de 2021.
Secretária do Conselho Deliberativo, Luciana de Lourdes dos Santos